



Da contradição à dialética: a crise hipotecária da Espanha e a Plataforma de Afetados Pelas Hipotecas

Márcia Ivana Falcão

Observatório das Metrôpoles -Núcleo Porto Alegre / Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0914-9322>

Potira Viegas Preiss

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0098-1588>

Resumo

O artigo analisa práticas do movimento social Plataforma de Afetados pelas Hipotecas e sua incidência no contexto da crise da moradia na Espanha, explicitada e agravada com a crise das hipotecas de 2008. A análise volta-se às práticas sistemáticas e intencionalmente acionadas pelo movimento nas dimensões da formação de força social, incidência na comunicação de narrativa explicativa sobre a crise das hipotecas e da moradia, bem como a incidência na formação da agenda política institucional. A pesquisa, de caráter qualitativo, deu-se através de revisão de literatura, coleta de dados com observação participante em campo e realização de entrevistas. As evidências demonstram que a PAH vem afirmando-se como um novo ator político, sustentando o conflito com atores de mercado e do Estado, incidindo na narrativa dos meios de comunicação sobre a problemática da moradia e pautando a agenda política na defesa da moradia como direito, na perspectiva política do Direito à Cidade.

Palavras-chave: Plataforma de Afetados pelas Hipotecas. Financeirização da Moradia. Movimento social. Direito à Cidade.

From contradiction to dialectic: Spain's mortgage crisis and the Mortgage Affected Platform

Abstract

The paper analyzes the practices carried by the social movement “Plataforma de Afetados das Hipotecas - PAH” (verbatim, Platform for People Affected by Mortgages) and its incidence in the context of the housing crisis in Spain at 2008. The focus is the systematic and intentional actions triggered by the movement in terms of constructing social force as a civil action, the communication strategies as incidence setting up an explanatory narrative about the mortgage and housing crisis, as well as the performance against the institutional political agenda. The qualitative research was carried out through a literature review, data collection with participant’s observation in the field and interviews. The evidence shows that the PAH has been asserting itself as a new political actor, sustaining the conflict with private and State stakeholders, developing a media narrative on the housing crises and

guiding the political agenda in the defense of housing as a right, contributing to the political perspective of the Right to the City.

Keywords: Platform for People Affected by Mortgages. Financialization of Housing. Social movement. Right to the City.

De la contradicción a la dialéctica: la crisis hipotecaria de España y la Plataforma de Afetados por las Hipotecas

Resumen

El artículo analiza las prácticas del movimiento social Plataforma de Afetados por las Hipotecas (PAH) y su incidencia en el contexto de la crisis inmobiliaria en España, explicitada y agravada por la crisis hipotecaria de 2008. El análisis se dirige a las acciones sistemáticas e intencionales desencadenadas por el movimiento en las dimensiones la formación de fuerza social, incidencia en la comunicación de una narrativa explicativa sobre la crisis hipotecaria y habitacional y así como la formación de la agenda política institucional. La investigación cualitativa se llevó a cabo a través de una revisión bibliográfica, recolección de datos con observación participante en campo y entrevistas. La evidencia muestra que la PAH ha venido afirmándose como un nuevo actor político, sosteniendo el conflicto con los actores del mercado y del Estado, enfocando la narrativa mediática sobre el tema de la habitación y orientando la agenda política en la defensa de la vivienda como derecho, desde la perspectiva política del Derecho a la Ciudad.

Palabras clave: Plataforma de Afetados por las Hipotecas. Financiarización de la Vivienda. Movimiento social. Derecho a la Ciudad.

1 Introdução

O avanço da financeirização sobre o solo urbano e a moradia é um tema de crescente relevância no debate internacional, sobretudo no campo de estudos sobre cidades. O crescimento do setor financeiro em investimento na produção imobiliária para fins de especulação e extração de renda vem aprofundando a histórica contradição sobre a moradia como valor de troca, em detrimento da primazia do valor de uso.

A crise econômica mundial de 2007 revelou o importante papel da fusão financeira-imobiliária na economia global. O epicentro desse processo foi o estouro da bolha imobiliária dos EUA, conforme ressaltam Duménil e Lévy (2014, p. 11) “a crise que começou com o colapso dos empréstimos subprime em agosto de 2007 nos Estados Unidos será sempre um marco importante na história do capitalismo.” A crise americana se torna emblemática porque marca um ciclo de produção imobiliária e de novos ambientes urbanos em diversos países do mundo, com uma característica particularmente perigosa: o amplo acionamento das economias presentes e futuras de famílias das camadas populares, através da concessão facilitada de hipotecas. Nesta nova dinâmica de mercado, o endividamento das famílias converte-se em uma das principais formas de financiamento da produção imobiliária e motor da economia. A Coalizão Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade (2020) destaca que no caso europeu, somente no ano de 2007, o crédito hipotecário significava cerca 47% do PIB da União Europeia.

De uma perspectiva social, para as famílias, a hipoteca significava a realização do sonho do acesso à moradia própria. Porém, o sonho que logo se converteu no pesadelo da inadimplência e da execução hipotecária. Para a fusão

imobiliário-financeira, mais do que o valor real dos bens produzidos, interessava a aposta na conversão dos valores a receber - a dívida das famílias- em títulos financeiros que passaram a circular no mercado de ações. O afrouxamento dos critérios e o estímulo para concessão de crédito geraram uma situação de superendividamento e a consequente inadimplência das famílias. Somado a isso, a grande aposta no mercado imobiliário elevou os preços dos bens muito acima do seu valor real. Frente a constatação de que se tratava de uma bolha imobiliária, fundos de gestão de ativos retiraram grandes montas de investimento e levaram à imediata derrocada de todo um circuito econômico que havia se organizado em torno do ramo imobiliário. O que primeiro ocorreu nos EUA, com o que ficou conhecido como a crise das hipotecas subprime, em 2007, estendeu-se a diversos outros países (ROLNIK, 2015).

Ainda que tenha sido menos divulgada na mídia internacional, a crise hipotecária da Espanha foi um dos casos mais emblemáticos da adoção do modelo de produção imobiliária via hipotecas como motor do desenvolvimento econômico (ROLNIK, 2015; HARVEY, 2018). No caso espanhol, o ciclo de boom imobiliário de dez anos conhecido como a festa imobiliária ou o tsunami urbanizador entrou em colapso no ano de 2008, desencadeando forte abalo na economia do país, com consequências graves para a economia e sociedade (GUTIÉRREZ E DELCLÒS, 2015). À época, o setor imobiliário chegou a representar 18% do PIB, um valor que poderia ser estendido a 30%, se incluídas as atividades econômicas indiretas vinculadas ao ramo imobiliário, gerando empregos para cerca de 13% da população (COLAU E ALEMANY, 2012).

Pesquisas desenvolvidas sobre a expansão urbana no território da Catalunha, um dos territórios mais afetados, indicam que a superfície urbanizada do solo aumentou em 49% no período entre 1993 e 2009 (GUTIÉRREZ E DELCLÒS, 2017). Jordi Borja (2010) afirma que em Barcelona mais de 30% das empresas criadas entre os anos 2000 e 2007 pertenciam a algum ramo do setor imobiliário, representando forte impacto da dilatação da economia da cidade, chegando ao patamar de 55% de desenvolvimento devido ao boom imobiliário.

Paradoxalmente, a produção em grande escala de moradias não significou um fator facilitador de acesso, uma vez que, entre 1997 e 2007 os valores das moradias tiveram altas da ordem de 232% (SALA, 2018; BORJA, 2010). Com isso, a Espanha tornou-se um dos países da União Europeia com maior taxa de aumento de preços no mercado imobiliário. A bolha imobiliária e os efeitos dela na economia espanhola colapsaram em 2008, um reflexo da crise econômica mundial iniciada nos EUA, assim como do processo de deslocamento de investimentos de grandes fundos do ramo imobiliário, desencadeando uma grave crise econômica e social. Nesse contexto, a inadimplência passou a ser a realidade de grande parcela da população, em decorrência do desemprego e empobrecimento gerados pela crise (CASTELLS, 2013; LAMARCA, 2019). O processo levou a um forte contexto de precarização social, colocando as famílias envolvidas em situação de crescente endividamento. Via de regra, os contratos previam que após três meses de inadimplência da prestação, o bem hipotecado era resgatado pelo banco credor, levando a um cenário social em que despejos passaram a fazer parte da paisagem urbana, sobretudo nas grandes cidades espanholas.

Assim, de um lado, os bancos acumulavam moradias vazias e de outro, milhares de famílias perdiam seus lares, além de terem seu futuro comprometido por uma dívida hipotecária impagável. Uma vez que o modelo de contrato previa primeiro o pagamento dos juros e só após isso, o abatimento do valor do bem financiado, a entrega da imóvel financiado não era o suficiente para saldar a dívida que era acrescida por juros a cada mês (COLAU E ALEMANY, 2012). Gutuérrez e Delclòs (2015) revelam que entre os 17 principais bancos credores de hipotecas, os dois principais concentraram mais de 50% das desapropriações. E, para tornar a contradição ainda mais grave, foram justamente esses dois bancos os que mais se beneficiaram dos aportes de recursos públicos do Estado, recebendo entre 27,1% e 22,2% respectivamente dos valores destinados pelo Estado para políticas de socorro às instituições financeiras. Essas ações públicas que beneficiaram os bancos entre 2009 e 2013, consumiram aproximadamente 25% do PIB do Estado espanhol (GUTUÉRREZ E DELCLÒS, 2015). De um lado o desemprego, as dívidas hipotecárias, o empobrecimento e os despejos como realidade de significativa parte da população. De outro lado, os generosos gestos do Estado em socorro aos bancos privados. Contradições explicitadas de forma paradigmática.

Tal como afirma Harvey (2018, p.91) “as crises deixam em seu alvorecer uma massa de ativos desvalorizados que podem ser comprados a preço de banana por quem tem dinheiro”. Foi isso que ocorreu com as moradias retomadas pelos bancos e com os títulos hipotecários convertidos em carteiras de ativos oferecidas no mercado financeiro. O ciclo de despejos por execuções hipotecárias teve seu auge entre os anos de 2009 e 2013 e se constituiu num grande negócio para os fundos de investimentos. Entre os principais beneficiários deste processo está o grupo estadunidense Blackstone que em pouco mais de cinco anos se converteu no maior proprietário de imóveis para fins de locação na Espanha (SALVADOR, 2018). É comum ouvir-se e ler-se a referência aos fundos de investimento como “fundos abutres”, já que o acúmulo de tamanho patrimônio só foi possível mediante o dramático processo de despejo de milhares de famílias de seus lares, executada pela força do aparato estatal. Vale lembrar que não se trata de uma contradição nova como diria Rosa Luxemburgo pois os mecanismos de expropriação sempre operaram de forma organicamente vinculadas e contínuas na história do capitalismo ao lado dos mecanismos de exploração da força de trabalho (HARVEY, 2013; FRASER E JEAGGI, 2020).

É nesse contexto em que milhares de famílias se perceberam afetadas, endividadas e com seus direitos básicos privados, instaurando um processo de mobilização social de resposta ao contexto de precariedade vivido. Entre as organizações que reagiram intensamente neste processo está a Plataforma de Afetados Pelas Hipotecas – a PAH, uma organização social que tem como origem a ação de ativistas de Direitos Humanos que atuavam com imigrantes na região metropolitana de Barcelona. Após a crise social provocada pelo setor imobiliário, passaram a realizar apoio e mobilização de famílias hipotecadas em vias de serem despejadas. Criada em 2009, a PAH logo converteu-se em um reconhecido ator social, cumprindo importante papel ao organizar processos de acolhimento e assessoramento coletivo, lutas sociais, negociações e até mesmo a criação de leis para enfrentar o que o movimento tem chamado de emergência habitacional.

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação da PAH frente a crise imobiliária espanhola, avaliando sua construção histórica e os distintos repertórios de ação de forma a discutir o papel deste movimento social na luta em defesa do direito à moradia e à cidade na Espanha. A pesquisa teve como foco interpretativo as práticas organizativas e de ação da PAH, levantando evidências sobre a capacidade de incidência categorizados em três eixos de análise, quais sejam: 1. A capacidade de criar força social para sustentar a luta e ser reconhecida como ator social e político; 2. A capacidade de incidir nas narrativas da mídia sobre a problemática da moradia; 3. Em que medida a PAH enquanto ator político tem incidido na formação da agenda pública e pautado ações do Estado para enfrentar o problema da moradia.

O artigo está estruturado em cinco seções. Após essa introdução, uma sessão é dedicada a delinear os procedimentos metodológicos e as perspectivas teóricas utilizadas no estudo. Em seguida, apresenta uma breve contextualização de como se formou a crise imobiliária na Espanha. Na sequência, a ação da PAH é apresentada e discutida nos três eixos de análise propostos, levantando evidências sobre a capacidade de incidência da organização em distintas dimensões. Encerra com as considerações finais. O artigo contribui para a construção do conhecimento no tema ao evidenciar o repertório de práticas organizativas e sociais de um novo sujeito político nascido na crise, a PAH, tornando-se referência a outros coletivos atuantes na pauta. Também aporta narrativas inovadoras para a luta social na perspectiva do direito à moradia e à cidade. Como um processo em aberto e em constante tensão, o contexto traz desafios internos à construção organizativa e de ação do movimento, bem como com a correlação de forças permanente na arena pública com os atores de mercado e do Estado.

2 Procedimentos metodológicos e fundamentações teóricas

Fruto de pesquisa de doutoramento, este estudo tem como base uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de dois métodos complementares, pesquisa bibliográfica e a Observação Participante. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo se debruçar na literatura corrente com vistas a identificar a produção atual no tema e sistematizar o conhecimento acadêmico acumulado frente a ação social e política frente a crise hipotecária e em prol do direito à cidade. Como um fenômeno social recente, a literatura do tema se centra principalmente no hemisfério norte, em países fortemente afetados como é o caso dos Estados Unidos no continente americano e da Espanha, para o continente europeu. A literatura brasileira no tema ainda é bastante escassa, sendo este um campo novo de discussão.

A Observação Participante foi aplicada como método de coleta para dados primários, uma abordagem de inspiração do campo etnográfico que conforme propõe Guber (2011) é adequada para entender processos, situações e práticas para as quais temos poucos elementos conhecidos, possibilitando a criação de categorias novas a partir da realidade empírica. Em um processo de reflexão imersiva, o investigador se coloca como parte ativa do objeto de estudo em uma dinâmica de registro atento e análise contínua dos processos sociais.

O trabalho empírico ocorreu entre dezembro de 2019 e março de 2020 (tendo sido interrompida pela pandemia de Covid-19), período em que foi possível acompanhar um conjunto vasto de atividades das quais merecem destaque: 11 assembleias de assessoramento coletivo (Asambleas de Bienvenida); 11 Assembleias de coordenação; duas Assembleias do conjunto de PAH's da Catalunha; cinco reuniões das comissões internas da PAH Barcelona; três reuniões de articulação com o Coletivo Realojos Dignos nas quais participaram mais de doze coletivos de bairro de Barcelona; uma Assembleia do Sindicato de Inquilinos de Barcelona; três ocupações a escritórios de fundos de investimentos e, por fim, uma visita à PAH do Relator Especial da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston. De forma complementar foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com oito pessoas afetadas diretamente por problemas de moradia, três ativistas com papel chave na organização do movimento e dois pesquisadores da Universidade Autônoma de Barcelona, que desenvolvem pesquisas sobre movimentos sociais.

Em termos teóricos, não há uma vertente de análise singular consolidada ao tema, visto que é um fenômeno social recente. Assim, foram mobilizadas distintas abordagens para compor um arcabouço teórico-conceitual capaz de abarcar as diferentes dimensões e escalas que o trabalho envolve, partindo dos preceitos propostos pela teoria urbana crítica. Assim, os pensamentos de Henri Lefebvre (1983, 2013, 2016) e David Harvey (2014, 2018) no que se refere ao crescente papel que cumpre a produção do espaço urbano para a acumulação capitalista como fenômeno global e na noção de direito à cidade como o direito a usufruir dos recursos urbanos socialmente produzidos. Neil Brenner (2018) e Raquel Rolnik (2015) contribuem na interpretação das contradições urbanas geradas neste estágio de hegemonia dos atores e das práticas do sistema financeiro moldando a paisagem urbana, aprofundando as desigualdades sociais através de práticas de despossessão e formação de monopólios para fins de especulação e rentismo.

Para dar conta dos processos que envolvem a atuação reativa da PAH a crise, agindo desde uma perspectiva de movimento social de forma a organizar e mobilizar as famílias para incidência política por meio de diferentes práticas organizativas e de ação, toma-se Sidney Tarrow (2009) para a análise dos repertórios de ação. Para o autor, as pessoas juntam-se e dispõem-se ao confronto político por identificar que suas oportunidades e condições de existência estão sendo comprometidas por medidas e forças alheias. Constituem-se como movimentos sociais, os coletivos capazes de criar identidade compartilhada através de narrativa explicativa de seus problemas e da identificação de seus adversários, sustentando o conflito no tempo. Para isso, os movimentos acionam repertórios de ação inscritos na memória social da sociedade: “Os trabalhadores sabem como fazer greves porque gerações de trabalhadores o fizeram antes deles; os parisienses erguem barricadas porque as barricadas estão inscritas na história do confronto parisiense; os camponeses tomam terras portando símbolos que seus pais e avós usaram no passado (TARROW, 2009, p. 40). Nesse sentido, as práticas organizativas e de ação da PAH foram categorizados em três eixos de análise, quais sejam: 1.a capacidade de criar força social para sustentar a luta e ser reconhecida como ator social e político; 2. a capacidade de incidir nas narrativas da mídia sobre a problemática da moradia; 3. em que medida a PAH enquanto ator político tem incidido na formação da agenda pública e pautado ações do Estado para enfrentar o

problema da moradia. O quadro a seguir apresenta de que forma as distintas ações da PAH foram agrupadas nas três categorias de repertório de ação trabalhadas.

Quadro 01 - Síntese das categorias de análise utilizadas frente aos repertórios de ação

Categorização dos repertórios de ação	Ações consideradas
Criação de força social	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização e agregamento de pessoas afetadas; • Criação de sendo de pertencimento, identidade e coletividade; • Produção de mobilização social de rua; • Geração de empoderamento individual e coletivo; • Visibilização da problemática da moradia; • Sustentação de enfrentamento e presença no território; • Desenvolvimento de estratégias de enfrentamento direto; • Exigência e proposição de medidas para superação do problema.
Incidência na agenda pública e na política institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentação da pauta em distintos meios de comunicação; • Articulação com movimentos afins local, nacional e internacionalmente; • Afirmação enquanto ator político com legitimidade; • Discussão das pautas com políticos e partidos; • Proposição de leis e medidas; • Mobilização de respaldo da sociedade; • Mobilização de organismos supranacionais de garantia de direitos;
Disputa sentidos e narrativas sobre o problema da moradia	<ul style="list-style-type: none"> • Explicação causal e responsabilização do problema; • Conversão de sentidos de culpabilidade para a potencialidade do ativismo; • Sistematização de dados e geração de informação qualificada; • Demarcação discursiva permanente nas redes sociais; • Afirmação e sustentação de agenda pública; • Construção da legitimidade sobre a problema da moradia na pauta política e midiática;

Fonte: autoria própria

3 Da alçada à derrocada da estratégia financeira e imobiliária na Espanha: breve contextualização de como se consolida a crise

Após o colapso das hipotecas *subprime* dos EUA foi a vez da Espanha ver estourar a grande bolha imobiliária que durante mais de uma década havia assumido um papel importante como motor da economia. Conforme Colau e Alemany (2012, p. 28), buscando um caminho fácil para o crescimento, a Espanha desencadeou um processo de construção acelerada de moradias que ficou em vigor durante anos, totalizando um conjunto de novas habitações superior a soma de moradias finalizadas para seus países vizinhos, Alemanha, Itália y França. Segundo Borja:

Como era previsible, la importancia adquirida por el sector inmobiliario y la construcción nos ha hecho económicamente muy vulnerables. Una espiral que no se puede mantener, una especie de juego de pirámide que beneficia a una minoría de especuladores y empobrece a la mayoría. La crisis que se inicia cuando escribimos este capítulo (2008) fue una crónica anunciada desde hace tiempo por los “críticos” al sistema, tanto en América y en Europa como aquí, pero la alianza impía entre el sector inmobiliario-financiero, los responsables políticos cómplices o débiles, el

apoyo mediático y el silencio interesado de los profesionales se negaba a considerar una evidencia: el camino emprendido llevaba al precipicio (BORJA, 2010, p. 219).

O modelo urbanizador implantado no caso Espanhol, como em qualquer outro caso, se viabilizou a partir de importantes medidas de ajustes do governo federal permitindo maior liberdade e protagonismo do mercado, conjugadas com uma intensa produção simbólica protagonizada pelo Estado e pela mídia. Estratégias discursivas criaram o ambiente de interpelação às famílias para a aquisição do imóvel, via a tomada de crédito. Conforme Colau e Alemany:

Durante prácticamente una década, la población española se vio sometida por tierra, mar y aire a un alud de mensajes que reforzaban una única idea: si no eres propietario, no eres nadie. Por todos lados y a todas horas se escuchaba una y otra vez la misma canción: que la burbuja inmobiliaria no existía, que los precios de las viviendas nunca bajarían, [...] Más que opiniones, eran sentencias inapelables que se dejaban caer en toda clase de situaciones y conversaciones. Frases hechas que corrían de boca en boca y que acabaron integrándose en el sentido común de la gente (COLAU E ALEMANY 2012, p. 42).

A concessão de crédito por parte dos bancos para as famílias não só era facilitada como insidiosa. Além do crédito com 40 e até 50 anos para pagar – comprometendo valores futuros de uma vida laboral inteira – era comum a concessão de créditos de até 120% do valor do imóvel (COLAU E ALEMANY, 2013). Para imigrantes, haviam campanhas de publicidade dirigidas estimulando a tomada de crédito hipotecário. Lamarca (2019) cita o exemplo de publicidades de bancos aplicadas em tapumes de obras usados durante a reforma iniciada em 2005 na Catedral de Barcelona (um dos mais importantes pontos de visita da cidade) oferecendo à imigrantes facilidades especiais para a tomada de crédito hipotecário.

Lamentavelmente, o sonho facilitado da aquisição de um imóvel via hipoteca como forma estável e segura de moradia tornou-se um pesadelo para milhares de famílias e para a economia espanhola. Assim como ocorreu nos EUA, o setor financeiro, livre para mover-se globalmente, ao se dar conta de que havia uma bolha imobiliária insustentável, deslocou seus investimentos do ramo imobiliário, desencadeando uma série de desestabilizações. Uma vez que o setor da construção civil vinha cumprindo o papel central de motor da economia espanhola, sua desaceleração impactou de imediato os diferentes ramos industriais e de serviços envolvidos, gerando desemprego, especialmente entre imigrantes.

Com os juros elevados e o desemprego atingindo 26% da população economicamente ativa e 47% entre os jovens e imigrantes (CASTELLS 2013; LAMARCA, 2019), o drama se instala na vida as famílias com pessoas que ficaram desempregadas e incapacitadas de manter suas contas em dia. Quando se viam impossibilitadas de pagar a hipotecas, por desemprego ou outras adversidades da vida, as famílias davam-se conta de haviam pago por vários anos sem ter amortizado nada do capital tomado de empréstimo e que o atraso de apenas três meses das parcelas era o suficiente para que a instituição financeira abrisse processo de recuperação do imóvel hipotecado.

Os contratos começaram a ser denunciados como abusivos, pois superprotegiam as instituições financeiras sem que as pessoas leigas se dessem conta, não apenas por desconhecimento de termos jurídicos, mas porque realmente não lhes era explicado devidamente. Três pontos se destacam como elementos abusivos comuns nos contratos. O primeiro foi uso do Índice de Referência de Empréstimos Hipotecários - IRPH como indexador de juros e que posteriormente foi alvo de sentença judicial condenando os bancos por não haver oferecido às famílias uma alternativa mais estável, como é o caso do Euríbor, indexador recomendado pela União Europeia.

O segundo elemento abusivo de destaque foi a chamada “cláusula suelo”, trata-se de uma cláusula no contrato da hipoteca em que o tomador assume que abre mão de beneficiar-se em caso de haver variação de mercado com baixa de juros aplicados ao contrato. Após uma sobrecarga de processos nos tribunais, a cláusula foi considerada abusiva pelo poder judiciário, envolvendo mais de 296.000 sentenças das quais 97% tiveram resultados favoráveis às famílias reclamantes. Por fim, na relação contratual previa que após apenas três meses de inadimplência o banco estaria autorizado a entrar com processo de despejo do bem hipotecado, podendo o mesmo ser estendido à bens de familiares que haviam assinado como avalistas, normalmente pais e avós proprietários de suas moradias (COLAU E ALEMANY, 2012). Assim, todas as artimanhas contratuais deixavam os riscos no lado mais frágil, as famílias. Logo os tribunais lotaram de demandas de execução hipotecária:

Según datos del poder judicial, entre 2007 y el tercer trimestre de 2011 se iniciaron 349.438 ejecuciones hipotecarias en España. Según datos de 2011, cada día se inician 212 procesos; es decir, 6.360 al mês. [...] Cuando se produce una situación de impago, la vivienda va a subasta; si la subasta queda desierta, que es lo que ocurre el 90 % de los casos en el contexto actual de crisis, las entidades financieras pueden adjudicarse la vivienda por el 60 % del valor de tasación (hasta hace poco, era el 50 %). La diferencia de la deuda que no quede cubierta por este 60 %, más los intereses de demora y las costas judiciales del proceso (ambos muy elevados), quedarán como una deuda viva para la persona expropiataria. Una deuda que además genera nuevos intereses, y esto, en la práctica, imposibilita llegar a saldarla (COLAU E ALEMANY, 2012, p. 30-31)

Como é de praxe em momentos de crises de ordem econômica, as desigualdades estruturais de gênero e etnia, junto com a condição de classe, agravam a condição de vulnerabilidade à qual são expostas as pessoas e famílias. Os bairros mais populares e as famílias com menores salários foram os mais atingidos, ampliando ainda mais desigualdades sócio-espaciais no território. Segundo Gutiérrez e Delclòs (2017) as execuções hipotecárias se concentram não só entre aqueles com menor renda, mas afetaram de forma especial núcleos ainda mais fragilizados como é o caso de famílias monoparentais e imigrantes.

4 As diferentes dimensões dos repertórios de ação da PAH

Essa seção é dedicada a apresentar e debater os resultados organizados em três categorias de repertório de ação protagonizados pela PAH como ator político. Iniciamos descrevendo o processo histórico de formação da organização de forma a

esclarecer como se estabelece como ator social coletivo e cria força política, em um processo de deslocamento da condição de afetados para a condição de ativistas. Na sequência, focamos nas ações de incidência política institucional, para exigir medidas públicas e mudar leis em favor da garantia do direito à moradia. Por fim, são delineadas as ações que impactam nas narrativas explicativas sobre a problemática.

4.1 Da condição de afetadas à de ativistas: a criação da Plataforma de Afetados pelas Hipotecas

Em um processo crescente de endividamento e perda de moradias, milhares de famílias foram jogadas à condição de precariedade imposta pela derrocada da estratégia de mercado e pelas políticas de austeridade do Estado para com os afetados. Foi neste contexto que se forjou uma nova ferramenta coletiva. No início de 2009, um grupo de ativistas de Direitos Humanos de Barcelona, que mantinham um espaço de acolhimento e encaminhamentos de demandas básicas de imigrantes, começou a deparar-se com casos de famílias hipotecadas que não estavam conseguindo pagar suas parcelas e encontravam-se em vias de serem despejadas. Entre os ativistas, estavam também jovens que reivindicavam políticas de ajuda para o acesso à primeira moradia, conhecidos como movimento “V de Vivienda” e Ada Colau, que em 2015 é eleita prefeita de Barcelona.

O grupo colocou-se a pensar maneiras de enfrentar o problema que, na hipótese dos ativistas, estaria atingindo uma importante parcela da população. Para testar se a pauta das dívidas hipotecárias realmente teria reverberação entre a população, decidiram chamar uma assembleia aberta, a qual divulgaram espalhando cartazes pela cidade. O convite interpelava: “se está você endividado e vão te desabrigar, venha à assembleia”. Segundo relatos do grupo que organizou o chamamento, para a surpresa dos organizadores, cerca de 100 pessoas estiveram presentes movidas pelo desespero de não saber mais a quem recorrer (COLAU y ÀLEMANY 2012). As tentativas de negociação com o banco credor e as buscas ao serviço público (social ou de habitação) não ofereciam soluções adequadas à população. Assim nasceu a Plataforma de Afetados pelas Hipotecas – PAH -, tendo como marco inaugural a assembleia de 11 de fevereiro de 2009, na cidade de Barcelona.

Na conjuntura de crise econômica e social, a PAH foi se consolidando como um movimento social com capacidade de aglutinar pessoas e produzir identidade e solidariedade em torno de uma problemática comum. Além disso, foi construindo um quadro interpretativo dos motivos da crise e apontando os atores a quem responsabilizar – bancos e Estado. Com linguagem simples e objetiva, capaz de comunicar com a sociedade, através de estratégias de comunicação e repertório de ação, a ação e suas idéias foram se disseminando. Em pouco tempo, novos núcleos assembleários (modelo organizativo da PAH) foram sendo criados em diferentes cidades da Catalunha e, logo, por todo o território espanhol. Assim, a PAH foi se tornando conhecida como ator social capaz de organizar e sustentar uma reivindicação comum não apenas de seus participantes, mas de parcela importante da sociedade - a proteção do direito à moradia.

Em poucos anos, a PAH afirmou-se como movimento social presente em diversas regiões do território espanhol, com método de organização e repertório de ação comum, realizando a denúncia e reivindicação centrada no direito humano à moradia. Assim, foi consolidando o que Tarrow (2009) considera as principais características e, ao mesmo tempo, o papel do movimento social, a saber:

Em primeiro lugar, preparar os desafios coletivos; em segundo, instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais; e, em terceiro, construir a solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades coletivas para manter a ação coletiva (Tarrow, 2009, p.20)

Com o tempo, a PAH foi convertendo a conjuntura de crise em janela de oportunidade e consolidando uma importante legitimidade política na relação com outros movimentos e coletivos da sociedade civil e frente aos partidos e instituições políticas. Com a crise iniciada em 2008 se estendendo, altos índices de desemprego e os despejos por dívidas hipotecárias foram crescendo ano a ano. O discurso do Estado afirmando a necessidade de austeridade na política social, ao passo que criava políticas em socorro aos bancos, foi gerando um ambiente de forte esgotamento social e descrédito para com o governo. Nesse contexto, não somente a PAH, mas o conjunto de movimentos sociais, associações de vizinhos tradicionais do tecido social espanhol e os partidos de esquerda encontraram terreno fértil para suas narrativas explicativas da crise, bem como críticas à gestão econômica e social por parte do Estado.

Foi neste ambiente que, em 2011, irrompe um importante ciclo de protestos que marca a história política recente da Espanha, em que uma multiplicidade de atores sociais organizados e cidadãos comuns, especialmente os jovens, acamparam em praças e saíram às ruas em protesto. Os protestos que se estenderam por cerca de um mês ininterruptamente ficaram conhecidos como 15M, uma alusão ao acampamento inicial que ocorreu na Praça do Sol, em Madri, iniciado por um grupo de jovens no dia 15 de maio de 2011.

O contexto combinava elementos que mesclavam o descontentamento da população devido às restrições do padrão de vida e a sinergia produzida pelos diferentes atores sociais com um mesmo discurso crítico. Assim, criam um movimento alinhado aos preceitos propostos por propõe Tarrow (2009, p. 44), que afirma que na medida em que “se espalham informações sobre a suscetibilidade de um sistema político a ser desafiado, não apenas ativistas, mas pessoas comuns começam a testar os limites do controle social”, configurando ciclos de confronto. Para o autor, é assim que estratégias são acionadas e repertórios de ação coletiva passam a compor a cultura política da sociedade, aportando elementos como: empunhar faixas, ocupar praças e avenidas como arena de discursos e desenvolver distintas linguagens para desafiar os atores de poder econômico e político.

Esse processo é registrado no artigo do politólogo Fernando Vallespín, que afirma que “A política na Espanha mudou de rumo quando a realidade começou a ser renomeada. Os pioneiros foram os grupos do 15M, com os seus magníficos slogans” (VALLESPÍN, 2014, p.1). Entre as frases em destaque escritas nos cartazes sustentados pelos manifestantes que ocuparam praças e avenidas estavam: “*Democracia Real já*” e “*¡No somos mercadería en las manos de bancos y políticos!*”. As ações e estas palavras de ordem foram se espalhando não só pela grande

visibilidade das manifestações que ocorreram em mais de 80 cidades, mas também pela grande repercussão que tiveram nas redes sociais e na mídia nacional. Uma pesquisa de opinião realizada no segundo semestre de 2011, sobre a percepção da população espanhola acerca do 15M, demonstrou que 97% dos entrevistados afirmaram ter tomado conhecimento dos protestos e 88% destes manifestaram concordar com suas denúncias (CASTELLS, 2013).

Para a PAH, o ciclo de protestos do 15M consistiu numa importante oportunidade de crescimento. De pouco mais de 30 núcleos, a PAH passou rapidamente para cerca de 200 núcleos espalhados por todo o território espanhol. Além disso, novos coletivos de defesa do direito à moradia foram criados com ações focadas em bairros com atuação articulada entre coletivos similares. Esse processo pós ciclo de protestos do 15M revigorou as tradicionais associações comunitárias e elevou a consciência política da população como um todo. Após 2014, o problema do acesso à moradia toma novas feições. O ciclo de despejos por dívidas hipotecárias configurou-se como um processo de expropriação que possibilitou o acúmulo de um acervo de moradias por parte dos bancos e dos fundos de investimentos que agiam como compradores de carteiras de crédito hipotecário (efetivamente, aquisição das dívidas das famílias).

Essas moradias passaram a ser ofertadas no mercado de aluguéis incidindo sobre os valores praticados, gerando uma nova bolha, desta vez dos aluguéis. Conforme Gutiérrez (2020) os preços dos aluguéis tiveram uma alta de até 52%, sendo que na Catalunha o aumento foi de 60%. Assim, junto com as demandas de famílias afetadas pelas dívidas hipotecárias, a PAH passou a organizar famílias que não conseguiam manter seus aluguéis e não encontravam, de parte do poder público, a capacidade ou a vontade política de viabilizar alternativas habitacionais, tais como aluguel social. Nesse novo grupo, incluíam-se pessoas que por não conseguirem pagar por seu aluguel, começaram a ocupar apartamentos vazios para morar.

Para atuar com toda a gravidade e complexidade dos casos de violação do direito à moradia digna, a PAH foi desenvolvendo um importante repertório de ações de protesto que vão desde bloquear despejos com barricadas, escrachos e ocupações de prédios de grandes proprietários para fins de moradia, ações as quais o movimento qualifica como desobediência civil pacífica, as quais passamos a apresentar. Barricadas para suspender despejos denominadas de “*Stop desahucios*” passaram a ser uma prática cotidiana da PAH, conferindo grande visibilidade e reconhecimento pelo gesto profundamente rebelde, solidário e resiliente que representa. Como demonstram as figuras 01 e 02, trata-se da construção de barreiras feitas com os corpos das pessoas em frente à moradia em risco para impedir que a comitiva judicial execute as ações de despejo.

Figura 01 - Imagem de uma barreira de pessoas para impedimento do despejo



Fonte: Torreblanca (2020).

Figura 02 – Confronto entre ativistas e policiais em ação de despejos



Fonte: La Vanguardia (2020).

Essa prática de desobedecer a uma lei e medida legal, porém injusta, iniciou mediante o caso concreto de um senhor, chamado Lluís Martí, que chegou à PAH Barcelona em situação de desespero. Era divorciado e vivia com seu filho de 9 anos, em uma pequena cidade da Região Metropolitana de Barcelona. Um trabalhador mecânico de motos que depois da crise de 2008, viu sua renda diminuir ao ponto de não conseguir saldar todos os custos da família, ficando inadimplente com a hipoteca de sua casa. Luís já havia conseguido negociar com o banco algum prazo, mas desafortunadamente sua situação não se resolvia naquela conjuntura econômica de recessão e desemprego. E a carta judicial chegou informando o dia e turno do despejo, marcado para 3 de novembro de 2010.

Com a carta judicial na mão, Luís chegou à assembleia da PAH dizendo que não se moveria de sua casa e que preferia colocar uma bomba e jogar tudo para o ar quando chegasse a comitiva judicial do que entregar a casa para o banco. A assembleia viu-se forçada a fazer algo concreto ao lado daquele homem desesperado. França (2021) ao discutir o caso problematiza como a partir de uma situação empírica apresentada é que se articula uma reação que passa por um processo de estudo da legislação para identificar potenciais brechas legais e éticas e a elaboração de estratégias de ação. As estratégias de construção de barricadas humanas foram fortalecidas por uma ação de comunicação clara por meio da elaboração de cartazes que denunciavam e contestavam a ação.

No caso de Luís, o desfecho foi que sem esperar por tal reação, a oficial de justiça dirigente da comitiva não estava preparada para reagir àquela situação e não se viu em condições de executar a ação. Assim, a família permaneceu na casa enquanto uma nova tramitação de ação de despejo, dando tempo para novas negociações com o banco visto que o processo poderia levar três ou mais meses. Esse foi o primeiro e mais emblemático caso de uma prática que se tornou cotidiana na PAH, movida pela ética do “hoje por ti, amanhã por mim” como explica Mir Garcia:

Las afectadas la entienden ahora como una práctica normal y como una obligación moral ante una ley injusta. También es entendida como una herramienta colectiva que permite transformar la realidad, una acción legítima y aplicable a otras luchas. La conciben como colectiva y pacífica, y como una fuente que les aporta fortaleza y poder (MIR GARCIA *et al* 2013, p. 58).

A situação também foi para o acervo de materiais divulgados pela PAH, sendo publicado no site da organização em uma narrativa que ressalta o empoderamento gerado pela prática política de desobediência civil pacífica. Um recorte deste texto é apresentado, deixando evidente a forma emotiva e combativa proposta pela PAH:

Estábamos dispuestas a oponernos de forma pacífica pero contundente, a la barbarie cotidiana, como hemos venido haciendo desde hace nueve años: poniendo nuestros cuerpos y nuestra voluntad, bloqueando la entrada al portal, bloqueando la escalera, bloqueando la puerta del piso. Iban a tener que sacarnos a rastras una por una..., y cien personas son muchas para arrastrar, con todo un barrio mirando y apoyando desde los balcones (PAH, 2018, p.1).

Vale ressaltar, que obviamente a PAH e as pessoas envolvidas sabem que bloquear um despejo não é a solução do problema. Na melhor das hipóteses, em alguns meses outra ordem de despejo chegaria, porém desde uma perspectiva de repertório de ação política, a tática de enfrentamento e a narrativa utilizada, se tornaram uma estratégia potente de um problema familiar particular à condição de problema político alçado à cena pública. Como os despejos geralmente ocorriam em espaços públicos, na rua e sob os olhos dos passantes e as lentes de câmeras de celular, criava-se uma estratégia de fácil alcance de testemunhas espontâneas e disseminação midiática, rapidamente amplificada via redes sociais. Assim, como afirma Castells (2013, p. 16), as redes sociais operam configurando “um espaço híbrido entre redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o

ciberespaço com o espaço urbano numa iteração implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora”.

Ressaltamos ainda que a ação cria relevância política do se constituir como um ato de solidariedade capaz de alterar a correlação entre os sujeitos envolvidos na contenda. A família afetada não está mais só, ela está respaldada e empoderada, revestida de um movimento social simbólica e concretamente representado na camiseta verde da PAH com dizeres grandes de *Stop Desahucios*. Esse processo cria um certo senso de comunidade, pois provoca não só a empatia dos demais ativistas, mas também mobiliza um chamamento à responsabilidade coletiva de agir e acolher as problemáticas individuais como suas também, fortalecendo o sentimento da luta social. Esses elementos ficam bastante evidentes nas falas dos ativistas que compuseram o estudo.

Por exemplo, Lali, uma ativista da PAH Barcelona, menciona em entrevista: “*desde que tu estas en la PAH ya tienen otra mirada con la familia, porque saben que nos estás sola, que tiene una lucha por detrás, que tienen información*”. Andrea, outra entrevistada que passou por situações de despejo ressalta que mesmo quando tudo dá errado, a mera presença do coletivo ameniza os desconfortos e constrangimentos da situação:

En el tercer desahucio vino estos, los mediadores del banco. [...] llamaron los policías que andan en esta furgoneta y que se tapan la cara y te pegan. [...]. Vienen los del banco y decían que no, que no, que era una sinvergüenza, que estamos acostumbradas vivir así, que la gente dejaba un piso y luego corría el otro del banco. Pues el miércoles, 31 de julio del 2019 volví a ir a la calle. [...] Y dura yo, ninguna lágrima. Dios mío, por qué me pasa esto. Pero tranquila y miraba que estaban las compañeras de PAH abajo, vi que estaban esperándome abajo. Estaban bajando mis cosas y me la recogían. Cuando fue mi primer desahucio fue muy diferente, porque me mandaron a la calle y ahí no había ni un perro, ¿sabes? ¿Ves? (Andrea, ativista da PAH, Barcelona)

Quando já não há negociação e se dá o despejo, como é o caso relatado por Andrea, o processo de acompanhamento e pressão coletiva da PAH passa a voltar-se para os órgãos públicos de assistência social e habitação. Esse último atendia a família somente a partir do momento em que efetivamente não tinha mais onde morar, quando não há alternativa habitacional que possa ser acionada pelos recursos ou redes de apoio da família. Então, imediatamente após o despejo, o protocolo da PAH é que todas as pessoas que estavam na ação para barrar o despejo acompanhem a família até o serviço público mais próximo, seja de habitação ou assistência. Ali começa a pressão por realojamento, que protocolarmente é concedido pela municipalidade por 3 dias, em *hostel* ou alojamentos privados contratados pelo poder público. Também inicia-se nova negociação para que essa alternativa, que é emergência, não seja prorrogada por meses e meses.

Também ocorreram situações em que a municipalidade demorou em viabilizar uma alternativa digna de moradia ou a família não suportava mais a agonia de aguardar por outra ordem de despejo. Nesses casos, outra estratégia de ação foi desenvolvida - a ocupação de prédios ou conjunto de apartamentos como última

alternativa para ter um teto. As ocupações são chamadas de Obra Social da PAH, uma nomenclatura que carrega propositalmente uma provocação ao Estado, pois faz uma alusão irônica ao serviço público que deveria estar sendo realizado. Para organizar estas estratégias de ação, em cada cidade onde há a PAH, existia uma comissão específica para avaliar as demandas e as possibilidades de ocupação de imóveis de grandes proprietários (mais de 15 imóveis para especulação), normalmente de banco ou fundo de investimento. A imagem 03 ilustra uma dessas ações sendo realizadas, dando destaque a faixa sustentada pelos ocupantes que afirma: “Resgatem pessoas, não bancos”.

Figura 03 – Foto dos dizeres em faixas suspensas pelos ativistas



Fonte: Garriga (2013).

Na perspectiva narrativa construída pela PAH, a ocupação de imóveis de grandes proprietários é qualificada como uma recuperação, uma expressão corrente na linguagem usada pela PAH e pelos coletivos de luta por moradia. Essa estratégia discursiva cria um posicionamento de disputa narrativa e sentidos frente ao problema da habitação, pois ao considerar o ato uma recuperação, os ativistas clamam por outra perspectiva sobre a propriedade dos imóveis em jogo. Segundo França (2021, p. 71), “El término recuperación buscaba señalar que esos inmuebles ya se habían financiado a través de ayudas públicas y de lo que ya habían pagado las familias que habían perdido sus casas”.

Porém, vale ressaltar que na visão da PAH a ocupação é uma alternativa transitória, pois o real objeto reivindicado é o aluguel acessível. Uma exigência dirigida ao Estado pela aprovação de uma lei que imponha aos grandes proprietários oferta de aluguel social que não ultrapasse 18% da renda familiar. Essa postura facilita a comunicação do pleito com a sociedade, a mídia e os políticos, uma vez que desvia os estigmas em torno da ocupação como mera violação do patrimônio privado. Também auxilia a posicionar a ação como recurso emergencial e forma de pressão do Estado para a criação de alternativas habitacionais e a imposição de limites às práticas de especulação com a moradia, enquanto famílias não têm onde morar.

Outra prática de desobediência civil acionada pela PAH é a ocupação temporária, normalmente de um ou dois turnos, de escritórios de imobiliárias representantes dos fundos de investimentos, bancos ou órgãos públicos. Esse perfil

de ação normalmente tem o papel de pressão por respostas em negociações arrastadas, em que o agendamento de reunião de negociação ou retorno esperado sobre a negociação em curso é o desfecho buscado. Nas palavras de França (2021) o foco central dessas ações é gerar desconforto nas instituições financeiras e criar pressão de forma a humanizar as pessoas envolvidas nos processos de despejo. Nas palavras do autor:

Hacerse pesadas. No suele ser necesario desarrollar acciones dirigidas directamente a interrumpir la actividad de la entidad, sino simplemente hacer que sea imposible ignorar la presencia de la plataforma. Y, si es de forma festiva, mejor para quien protesta (França, 2021, p. 89).

Há ainda uma prática de denúncia pública chamada pelos ativistas de *escracho*. Nesse caso, a ação consiste em reunir um grupo mediano de ativistas, nada que chame atenção tal como um protesto, para colar adesivos nas vidraças de bancos com frases de denúncia tais como “esse banco engana e joga as pessoas nas ruas”. A ação gera um contexto de constrangimento à agência e aos funcionários presentes ao anunciar o público o que ocorre nos trâmites privados. Outra forma de *escracho* acionada eventualmente pela PAH consiste em atos de denúncia e exposição pública de determinada situação, postando-se em frente à instituição, podendo ser inclusive pessoas, como ocorreu nos primeiros dois *escrachos* em frente às casas de parlamentares do Partido Popular da Cataluna – PP por ocasião do veto destes uma Iniciativa Legislativa Popular - ILP em 2013.

São práticas que geram visibilidade pública para a problemática e pauta do movimento, sustentando o enfrentamento e pressionando as autoridades por medidas. Junto com isso, geram sensação de empoderamento e pertencimento dos ativistas envolvidos, uma vez que percebem-se amparados pela coletivamente em suas demandas que, ao mesmo tempo, são pessoais e coletivas.

4.2 As práticas de incidência institucional: “cambiar leyes injustas”

Desde sua fundação, a PAH atua na garantia do direito constitucional e humano à moradia, utilizando como estratégia a produção de conteúdos e a incidência frente às leis e medidas do Estado, de forma a conclamar a responsabilidade do governo com a pauta. A primeira proposição de medida para responder às urgências que se colocavam em 2009 foi a proposta da chamada “*Dación en Pago*”, uma prática que se refere ao reconhecimento de quitação da dívida na entrega do imóvel. A proposta buscava combater o modelo de contrato normalmente utilizado que previa primeiro o pagamento do montante dos juros previstos pelo tempo total do parcelamento e, só após, o abatimento do valor correspondente ao imóvel, uma cláusula que muitas famílias só tomavam ciência quando viam-se despejadas e endividadas, sem moradia e inadimplentes. Nesse contexto, a *Dación en Pago* era uma pauta objetiva e facilmente comunicável para a sociedade e encontrava paralelos já praticados no caso das hipotecas *subprime* dos EUA, assim como na Alemanha e Itália, dando às famílias uma segunda oportunidade (ALONSO-MUÑOZ e CASERO-RIPOLLÉS, 2016).

Entre os anos de 2011 e 2013 a PAH articulada a outros movimentos (coletivos, sindicatos e associações), lidera a elaboração de uma proposta de lei federal, com o objetivo de criar medidas para o enfrentamento à emergência

habitacional, na forma de Iniciativa Legislativa Popular - ILP, conforme previsto na constituição espanhola. Foram anos marcados por uma atmosfera de muita mobilização social de *Los Indignados*. A mobilização em torno da ILP possibilitou a coleta de cerca de 1,5 milhões de assinaturas, uma imobilização altamente expressiva que representa 3 vezes mais do que exige a constituição espanhola para o aceite e tramitação de uma ILP no Congresso. O texto legislativo apresentado centrava-se na proposta de *Dación en Pago* e incluía medidas exigindo o fim dos despejos forçados e a oferta de alternativas habitacionais por parte do poder público.

No Congresso de Deputados, a bancada do Partido Popular – PP, o maior da bancada e do mesmo partido do presidente, votou contra a tramitação da ILP e recorreu ao Tribunal Constitucional pedindo a suspensão da lei. Iniciou-se ali uma nova batalha com forte repercussão midiática. Mesmo entre aqueles que não concordavam diretamente com os termos da proposição, havia entre os formadores de opinião a preocupação de que o resultado pudesse significar um veto à voz da cidadania, um precedente inaceitável para a maioria da população e um fato que a mídia não poderia sonegar. Alonso-Muños e Casero-Ripollés (2016) destacam como em matérias da mídia na época, os textos discutiam o ocorrido utilizando frequentemente expressões como “a não escuta da cidadania”, “sequestro da democracia”, “déficit de democracia”, bem como questionamentos a insensatez de se desconsiderar uma ILP que tinha o respaldo social do triplo de apoio necessário conforme a lei.

Nos anos seguintes, sem uma deliberação do Tribunal Constitucional sobre a lei de âmbito nacional, a PAH e outros coletivos passaram a mobilizar-se em algumas comunidades autônomas para apresentar Iniciativas Legislativas Populares. Isso novamente significou orquestrar articulação entre atores sociais progressistas, elaborar proposta e comunicar com a sociedade civil para sensibilizar e engajar pessoas no esforço de coleta de assinaturas e, ainda, negociar apoio com os partidos para não barrarem a ILP ao chegar ao congresso. Vale destacar que em meados de 2015, as propostas legislativas já eram mais amplas e ousadas, com medidas de enfrentamento da emergência habitacional em torno de 5 demandas, popularmente tratada como *Las 5 de la PAH*, são elas: 1. a quitação da dívida com entrega do imóvel (“*Dación en Pago*”); 2. aluguel acessível; 3. fim dos despejos (*Stop Desahucios*); 4. criação de um parque de moradias sociais e a 5. garantia do fornecimento de água, energia e gás (*Suministros Garantizados*)” para famílias vulneráveis.

Assim, através da sustentação de amplo repertório de ações diretas nas ruas, assim como na mobilização de respaldo da sociedade, a PAH foi constituindo legitimidade para debater com atores da política institucional, não só como demandante, mas como proponente de medidas concretas. A apresentação de uma Iniciativa Popular Legislativa com amplo respaldo da cidadania, seguramente foi um marco na afirmação da capacidade de incidência política da PAH.

4.3 As práticas de comunicação para incidência nas narrativas

Com diferentes práticas cotidianas, a PAH entende como algo estratégico a comunicação com a sociedade. Seja via uso de recursos digitais, pela presença na

mídia convencional ou ainda pela presença nas ruas barrando despejos ou em protestos, munidos de cartazes e faixas que, segundo Maka Suárez (2019) são objetos insurgentes que carregam um texto. É um repertório de ação que entende que tudo comunica, tudo carrega uma narrativa que afirma a moradia como direito previsto no artigo 47 da constituição espanhola, em nome do qual deve haver política de Estado de oferta de alternativas e de regulação de mercado.

Comunicar constantemente lo que hace es útil tanto para llegar a nuevas personas que puedan tener problemas de vivienda como para incidir en el discurso público y para construir legitimidad. Por poner un ejemplo, la policía lo tiene mucho más difícil para utilizar la violencia contra la acción de desobediencia que está siendo seguida en directo a través de las redes sociales (FRANÇA, 2021, p. 79).

Alonso (2015) analisa as estratégias de uso das redes sociais da PAH (página web, youtube , facebook, instagram e twitter) e aponta dois principais objetivos presentes nos conteúdos, quais sejam: comunicar (66%) e mobilizar (33%). Enquanto comunicar, o artigo aponta desde a divulgação de informes organizados a partir de pesquisas, em parceria com instituições de pesquisa, a divulgação de eventos e atividades, repercussão de notícias da grande mídia, demarcando a posição do movimento, até campanhas realizadas com testemunhos de casos impactantes. Já a mobilização compreende os conteúdos de divulgação de atividades a fim de convidar a população. Outra função da página web da PAH é a disponibilização de documentos, orientando passo a passo sobre procedimentos em caso de risco de despejo, seja para renegociação com bancos e locatários, até demandas a diferentes serviços públicos. Com relação às funções de cada mídia digital, a autora afirma que:

Tanto los usos y funciones de la página web como de la fanpage de Facebook y el canal de YouTube están claramente definidas y la PAH hace uso de ellas con asiduidad. En este sentido, la página web actúa como un gran contenedor de información y como punto de partida de toda comunicación, que posteriormente se difunde a través de las redes sociales. Por su parte, Facebook se utiliza para fomentar los lazos entre la ciudadanía y la PAH y crear así una fuerte comunidad de usuarios. YouTube realiza una doble función: mostrar a los ciudadanos las acciones que se realizan desde la Plataforma y almacenar material audiovisual que en un determinado momento pueda servir como prueba (ALONSO, 2015, p 51).

Pesquisa realizada por ALONSO e CASERO-RIPOLLÉS (2016), nos jornais El País, El Mundo, ElDiario.es e InfoLibre, todos de grande circulação na Espanha, demonstra que a estratégia de comunicação da PAH apresenta linhas muito bem definidas, quais sejam: a emergência habitacional, o relato de casos para sobre o drama vivido pelas famílias e a responsabilização de bancos e governos, assim como a denúncia da ausência de medidas concretas em favor de uma política de proteção do direito à moradia. Segundo os autores, os discursos da PAH não passam despercebidos. Mais que isso, são adotados na pauta de alguns meios. *“El País, ElDiario.es y, especialmente, El Mundo también se hacen eco en sus noticias de los mensajes publicados en el perfil de Twitter de la Plataforma (@LA_PAH), que se configura como una fuente informativa para estos diarios”* (p. 43).

Com uso de diferentes recursos e linguagens e comunicação, poucos anos após o estouro da crise e no auge dos despejos, a PAH tornou-se importante fonte contra-hegemônica, apresentando narrativa explicativa da crise que desculpabilizava as famílias pelo drama sofrido, apontando aos bancos e Estado a responsabilidade pelas medidas adotadas. Por isso, foi encontrando eco em parcela importante da sociedade que vivia a situação, convertendo sentidos de culpabilidade em adesão e apoio à causa. Com o acúmulo dado pela acolhida dos casos particulares, junto a produção de informes qualificados, o movimento passou a ser importante porta-voz da problemática da moradia, incidindo não só nas redes sociais, como em parcela importante da mídia tradicional.

Como afirma Henri Lefebvre (1983, p.53), com sua visão dialética da cidade como espaço social em movimento, em feitura e devir, “lo posible forma parte de lo real y le dá sentido, es decir, la dirección y la orientación, la vía abierta hacia el horizonte”. PAH é um exemplo de caso em que o movimento social dá passos no sentido de exercitar força coletiva para incidir em favor da moradia como direito e, de forma mais ampla, na direção da bandeira política do direito à cidade. Isso porque, como propõe David Harvey, o direito à cidade “é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (HARVEY 2012, p. 74).

5 Considerações finais

O artigo teve como objetivo central analisar a atuação da PAH frente a crise imobiliária espanhola, avaliando sua construção histórica e os distintos repertórios de ação de forma a discutir o papel deste movimento social na luta em defesa do direito à moradia e à cidade na Espanha. Trabalhamos com o referencial de Tarrow (2009) para a análise dos repertórios de ação categorizados em três eixos de análise conforme as ações da PAH: 1. A capacidade de criar força social para sustentar a luta e ser reconhecida como ator social e político; 2. A capacidade de incidir nas narrativas da mídia sobre a problemática da moradia; 3. Em que medida a PAH enquanto ator político tem incidido na formação da agenda pública e pautado ações do Estado para enfrentar o problema da moradia. De forma complementar, foram mobilizados distintos autores para refletir sobre o crescente papel que cumpre a produção do espaço urbano para a acumulação capitalista como fenômeno global e o direito à cidade.

Os resultados demonstram que a PAH constituiu legitimidade e força social e política anti-hegemônica com capacidade de colocar a problemática da moradia em lugar de destaque na sociedade e na agenda pública. Com isso, denunciando o modelo que especula com a produção da moradia, do solo urbano e da cidade como um todo e exigindo medidas de proteção do direito à moradia e à cidade. A análise das práticas da PAH nos três eixos de indagação da pesquisa, para além de demonstrar evidências que afirmam sua capacidade de incidência, também recorda que a produção da moradia e da cidade é *locus* e produto de correlações de força na sociedade. Ela não resulta apenas das intervenções dos atores de força maior, de mercado e do Estado. Resulta da correlação de forças vivas que a sociedade consegue forjar, a cada tempo e espaço. No caso espanhol, das contradições da crise das hipotecas forjou-se um novo ciclo de confronto social que resultou, no

mínimo, em um novo movimento social e um ciclo de grandes protestos: a PAH em 2009 e o 15M em 2011. As pessoas afetadas converteram-se em ativistas.

A PAH sustentou-se com vigor há quase uma década e meia, afirmando-se como porta-voz da luta por moradia com legitimidade acumulada no processo cotidiano de organização e luta, além do estudo e formulação de alternativas. O 15M, um ciclo de protestos anticapitalistas se transformou em uma série de outras iniciativas de organização social. Ambos elevaram o debate político da sociedade naquele contexto de crise econômica, política e social. Ainda que o artigo afirme a importância do papel político do movimento social e dos protestos que se forjaram da crise, obviamente, há limites e dificuldades neste processo de correlação entre atores sociais, mercado e Estado. Este último, sempre em disputa pelos atores de mercado, por vezes de abrangência global, como é o caso dos fundos de investimentos. Durante as escutas da observação de campo, era comum ouvir testemunhos sobre sensação de desgaste e esgotamento frente à necessidade permanente de mobilização social para exigir do Estado, em diferentes esferas, a adoção de políticas públicas e leis conquistadas pela luta popular. A tensão torna-se ainda mais complexa quando considerada a esfera da interpretação do poder judiciário entre os marcos dos direitos fundamentais e do direito à propriedade privada.

Diante das evidências expostas, é possível afirmar que a PAH, com suas práticas de construção de movimento, vem sendo capaz de mobilizar e organizar força social, fazer a disputa com a narrativa hegemônica apontando causas e responsáveis e gerando pautas e incidência política na agenda pública. Ao longo do processo, a PAH, torna-se referência a outros coletivos atuantes na pauta e aporta narrativas inovadoras para a luta social na perspectiva do direito à moradia e à cidade. Como um processo em aberto e em constante tensão, o contexto traz desafios internos à construção organizativa e de ação do movimento, bem como com a correlação de forças permanente na arena pública com os atores de mercado e do Estado.

REFERÊNCIAS

ALONZO-MUÑOZ, Laura; CASERO-RIPOLLÉS Andreu. La influencia del discurso sobre cambio social en la agenda de los medios. El caso de la plataforma de afectados por la hipoteca, **Revista de Ciencias Sociales**, v. 11, n. 1, p. 25-51, 2016.

BORJA, Jordi. **Coleção Gestão da Cidade: Luces y sombras del urbanismo de Barcelona**. Barcelona: Editorial UOC, 2010.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.

CASTELLS Manuel. Revolución y Contrarevolución en la Ciudad Global. In: SMITH, Neil; CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COALICIÓN DE ACCIÓN EUROPEIA POR EL DERECHO A LA VIVIENDA Y LA CIUDAD. **La Financialización de la Vivienda: tendencia, actores y procesos.** Fundación Rosa Luxemburgo, Bruselas, 2020.

COLAU, Ada y ALEMANY, Adrià. **Vidas Hipotecadas** – de la burbuja inmobiliaria al derecho a la vivienda. Barcelona: Anglo Editorial, 2012.

COLAU, Ada y ALEMANY, Adrià. 2007 – 2012: **Restrospectiva sobre desahucios y ejecuciones hipotecarias en España, estadísticas oficiales e indicadores.** Estudio da PAH Barcelona: 2013. Disponível em <<https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2013/02/RETROSPECTIVA-SOBRE-DESAHUCIOS-Y-EJECUCIONES-HIPOTECARIAS-EN-ESPA%C3%91A-COLAUALEMANY1.pdf>> acesso em 07 set 2021.

FRANÇA, João. La PAH: **Manual de Uso** – Aprendizajes para la acción colectiva a partir de la lucha por el derecho a la vivienda. Madrid: Rosa Luxemburgo Stiftung, 2021.

FRASER, Nancy. JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GARCIA LAMARCA, Melissa. **Deuda hipotecaria fallida, persona fallida: La financiarización de la vivienda y la vida en Cataluña.** Barcelona: Arbor, v. 195, n. 793, 2019.

GARRIGA, Toni. **La PAH ocupa un bloque de pisos en el centro de Barcelona para alojar a cuatro familias.** 2013. Disponível em: <https://www.20minutos.es/noticia/1869882/0/plataforma-afectados-hipoteca/ocupa-bloque-raval/barcelona-familias/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

GUBER, Rosana. **La etnografía: Método, campo e reflexividade.** 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GUTIÉRREZ, Aaron; DELCLÒS, Xavier. ¿Hipertrofia inmobiliaria? Análisis de las pautas territoriales del boom e implicaciones del estallido de la burbuja en Cataluña. **Cuadernos Geográficos**, v. 54, n. 1, p. 283–306, 2015.

GUTIÉRREZ, Aaron; DELCLÒS, Xavier. Geografía de las crisis inmobiliaria em Cataluña: una lectura a partir de los desahucios por ejecución hipotecaria. **GeoCrítica: Rev Cripta Nova**, UAB, Espanha. v.21, n. 557, 2017.

GUTIÉRREZ, Hugo. **El precio de la vivienda en alquiler se dispara un 52% en los últimos cinco años, según Fotocasa:** la comunidad valenciana y cataluña acumulan una apreciación de las rentas superior al 60%. La Comunidad Valenciana y Cataluña acumulan una apreciación de las rentas superior al 60%. 2020. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2020-09-01/el-precio-de-la-vivienda-en-alquiler-se-dispara-un-52-en-los-ultimos-cinco-anos-segun-fotocasa.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capitalismo no século XXI.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LA VANGUARDIA. **El Gobierno aprobará una moratoria de 4 años para desahucios hipotecarios.** 2020. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/economia/20200309/474050807985/moratoria-cuatro-anos-desahucios-hipotecarios-alquiler.html>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **La Producción del Espacio.** Madrid. Capitán Swing Libros, S.L., 2013.

LEFEBVRE, Henri. **La Revolución Urbana.** Madrid: Editions Gallimard, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Itapevi, São Paulo: Neblil, 2016.

MIR GARCIA, Jordi; FRANÇA, João; MACÍAS, Carlos; VECIANA, Paula. Fundamentos de la Plataforma de Afectados por la Hipoteca: activismo, asesoramiento colectivo y desobediencia civil no violenta. Educación Social. **Revista de Intervención Socioeducativa**, Fundación Dialnet, 55, p. 52-61, 2013.

MISSÉ, Andreu. **Cláusulas suelo: la ignominia de 12 años de abusos.** 2021. El País, 15 mar 2021. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2021-03-14/clausulas-suelo-la-ignominia-de-12-anos-de-abusos.html>. Acesso em: 16 abr. 2024

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALVADOR, Rosa. **Blackstone, el coloso del ladrillo:** el mayor casero de España posee inmuebles valorados en 20.000 millones. El mayor casero de España posee inmuebles valorados en 20.000 millones. La Vanguardia, 23 set 2018. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/economia/20180923/451975996660/blackstone-mercado-inmobiliario-espana-propiedades.html>. Acesso em: 16 abr. 2024

SUÁREZ, Maka. Objetos desobedientes: escraches y la lucha por la vivienda en la PAH. **Arbor**, Vol. 195-793, julio-septiembre 2019.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TORREBLANCA, Marina Estévez. **Estas son las cuatro medidas aprobadas para ampliar los derechos de los colectivos vulnerables ante un desahucio.** 2020. Disponível em: https://www.eldiario.es/economia/ampliaran-derechos-colectivos-vulnerables-desahucio_1_1035707.html. Acesso em: 22 abr. 2024.

VALLESPÍN, Fernando. Parole, parole, parole: La política deviene en una guerra de palabras “enmarcadas” más que en un enfrentamiento de ideas. **El País**, 11 jul. 2014, disponível em https://elpais.com/elpais/2014/07/11/opinion/1405066731_168814.html. Acesso em 12 jun.2019.

Márcia Ivana Falcão. Pesquisadora Observatório das Metrôpoles - Núcleo Porto Alegre, Dra. Pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Potira Viegas Preiss. Pesquisadora Pós-Doc no Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PGDR/UFRGS.

Submetido em: 18/11/2023

Aprovado em: 06/03/2024

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Márcia Ivana Falcão

Curadoria de Dados (Data curation): Márcia Ivana Falcão

Análise Formal (Formal analysis): Márcia Ivana Falcão

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition):

Investigação/Pesquisa (Investigation): Márcia Ivana Falcão

Metodologia (Methodology): Márcia Ivana Falcão

Administração do Projeto (Project administration): Márcia Ivana Falcão

Recursos (Resources): Márcia Ivana Falcão

Supervisão/orientação (Supervision): Álvaro Luís Heidrich foi o orientador da pesquisa de tese que deu origem ao artigo.

Validação (Validation): Márcia Ivana Falcão

Visualização (Visualization): Márcia Ivana Falcão e Potira V. Preiss

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Márcia Ivana Falcão

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Potira V. Preiss

Fontes de financiamento: Não houve